

Sobre o assassinato de Marielle Franco no contexto de retrocessos no campo dos direitos humanos no Brasil

Foi entre pesar e indignação que recebemos a notícia do assassinato de Marielle Franco, mulher negra nascida e criada no conjunto de favelas do Complexo da Maré, na zona norte do Rio, socióloga, pesquisadora e a quinta vereadora mais votada no município do Rio de Janeiro, que dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos e a denúncia de suas violações.

O crime ocorreu em situação que, para muitos ativistas, levanta suspeitas a respeito da participação de policiais, portanto, do braço armado do Estado, na emboscada que culminou no assassinato da vereadora do PSOL e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes.

A suspeita se funda na incisiva articulação política de Marielle para denunciar a violência policial vivenciada nos morros do Rio de Janeiro. Além disso, a vereadora atuava como relatora da Comissão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que acompanha a Intervenção Militar na cidade. Não houve tentativa de assalto, nada foi suprimido da cena do crime, os tiros foram disparados diretamente na cabeça de Marielle. Segundo o chefe de Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, a investigação está sob sigilo, nenhuma hipótese será descartada, mas tudo indica que se trata de uma execução. É importante que essas suspeitas sejam rechaçadas ou confirmadas pela apuração transparente do caso e que os responsáveis sejam identificados e punidos na forma da lei. Porém, tão importante quanto é o debate que o fato suscita.

Desde a notícia da morte de Marielle, reações se multiplicaram pelo país e pelo mundo, sejam elas nas redes, nas marchas, entre outros. No entanto, assistimos na sociedade brasileira a polarização de ao menos duas frentes de reação nas redes virtuais e espaços sociais: um grupo lamenta e articula mobilizações de pesar e reivindicação por justiça e outro comemora escancaradamente o assassinato da ativista e a culpabiliza pela própria morte.

A existência do segundo grupo atualiza a necessidade de uma Educação em Direitos Humanos que seja abrangente, efetiva e significativa, desmistificando discursos em voga que transformam os ativistas em direitos humanos em “defensores de bandidos”, uma representação que os situa como parte do problema de violência que os mesmos buscam combater. O malabarismo intelectual embutido nesse tipo de julgamento parece ser fruto de um cenário sociopolítico mais abrangente que congrega decisões do Estado relativas à educação, à seguridade social, à segurança pública dentre outras áreas estratégicas para a criação de um contexto de respeito irrestrito aos direitos dos cidadãos.

Distorções como essa evidenciam o profundo desconhecimento de parte da população brasileira a respeito do que são direitos humanos, direitos básicos de existência digna e manutenção da vida e da integridade física.

O assassinato de Marielle ocorre cerca de um mês após a deflagração da intervenção militar no Rio de Janeiro, dispositivo usado durante a ditadura militar, no Brasil; no mesmo mês em que se anuncia a volta da “Educação Moral e Cívica”, disciplina de forte cunho conservador e moralizador; dois dias após o assassinato do ativista ambiental Paulo Sérgio Almeida Nascimento, no Pará. Dados como estes, apenas alguns, num universo muito mais amplo de violações, demonstram a fragilidade dos direitos universais em nosso país.

É necessário, ainda, reconhecer os retrocessos nas políticas de redução das desigualdades e de promoção dos direitos humanos na sociedade brasileira. Estes retrocessos se expressam, por exemplo, em projetos de lei que circulam pelo Congresso Nacional dentre os quais a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal, o Estatuto da Família (restringindo a noção de família ao casamento entre um homem e uma mulher), as ameaças à demarcação de terras indígenas, os vetos na nova lei da migração, que impactam na percepção da lei enquanto inserida no paradigma dos direitos humanos, dentre outros.

Ontem, milhares de pessoas compareceram a atos políticos em todo o Brasil e no mundo para homenagear Marielle, expressar indignação pelos significados de sua morte, marchar e levantar a bandeira de luta pelos direitos humanos. Como disse Paulo Freire, as marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo. A Pró Reitoria de Extensão e Cultura da UNIFESP pretende contribuir e atuar junto a movimentos sociais e organizações para que seja revelada a verdade e a justiça, na perspectiva de construirmos uma sociedade baseada na cultura de direitos humanos.

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

São Paulo, 19 de março de 2018